

## **INSTRUÇÃO NORMATIVA CAGE Nº 6, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020.**

Dispõe sobre os procedimentos orçamentários e contábeis aplicáveis aos recursos de convênios em que o Estado seja conveniente, quando o ingresso da receita seja condicionado à execução do objeto conveniado.

**O CONTADOR E AUDITOR-GERAL DO ESTADO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da Lei Complementar nº 13.451, de 26 de abril de 2010, e

**considerando** o disposto no art. 2º, inciso XXVII, da Lei Complementar nº 13.451, de 26 de abril de 2010, que inclui entre as funções institucionais da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - CAGE a normatização, a padronização e/ou a revisão dos procedimentos relativos à contabilidade;

**considerando** o disposto no art. 55, inciso III, alínea b, item 4 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;

**considerando** o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 13 do Decreto Estadual nº 55.432, de 09 de agosto de 2020; e

**considerando** o teor da Instrução Normativa CAGE Nº 08, de 27 de dezembro de 2016, que dispõe sobre os procedimentos contábeis para o reconhecimento e a mensuração dos créditos a receber, exceto os oriundos de receitas tributárias e de contribuições,

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** -Esta Instrução Normativa disciplina os procedimentos orçamentários e contábeis a serem adotados no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado, relativos à execução orçamentária de convênios em que o Estado seja conveniente e o ingresso de receita ocorra posteriormente ao início da execução do objeto conveniado.

**Art. 2º** -Nos convênios em que sejam exigidos, por parte do concedente, empenho prévio para habilitação e nota fiscal e/ou de liquidação da despesa para transferência do recurso, o empenho poderá ser efetuado antes do ingresso da receita.

**Art. 3º** -Ao final de cada exercício financeiro, em observância ao disposto na Instrução Normativa CAGE Nº 08, de 27 de dezembro de 2016, a CAGE, as Autarquias e as Fundações realizarão os lançamentos contábeis de reconhecimento, no ativo circulante, do crédito a receber junto ao ente concedente, no valor das despesas liquidadas - pagas ou a pagar - cujo recurso correspondente não tenha sido repassado pelo referido ente.

**Art. 4º** -As despesas liquidadas nos termos do art. 3º poderão ser pagas com recursos do Tesouro do Estado, o qual será ressarcido quando o concedente efetuar o repasse ao conveniente.

**Parágrafo único** -O pagamento previsto no caput, ou a transferência do numerário à tesouraria pagadora, efetuados pelo órgão ou entidade estadual, não poderão afetar a conta corrente e o recurso orçamentário vinculado ao Convênio.

**Art. 5º** -A CAGE promoverá o cancelamento, mediante estorno, dos empenhos não liquidados, efetuados à conta de recursos de convênios que, na data do encerramento do exercício, ainda não tenham sido transferidos por parte do concedente, em consonância ao disposto no art. 55, inciso III, alínea b, item 4 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

**Parágrafo único** -As despesas canceladas na forma do caput deverão ser reempenhadas no exercício em houver a previsão de execução da despesa.

**Art. 6º** -Quando o ente concedente efetuar o depósito do numerário, a CAGE, as Autarquias e as Fundações farão o registro do ingresso da receita orçamentária e, nos casos previstos no art. 3º, da correspondente baixa contábil do crédito a receber.

**Parágrafo único** -Parágrafo único. Na hipótese de ter ocorrido o pagamento previsto no art. 4º, o processo de ressarcimento ao Tesouro do Estado deverá ser iniciado.

**Art. 7º** -Em não havendo a transferência financeira ao Estado por parte do concedente até o final do exercício subsequente ao da última liquidação de despesa, será efetuada pela CAGE, pelas Autarquias e pelas Fundações, transação de transferência de recurso orçamentário, dos recursos do Tesouro (códigos 0001, 0002, 0006, 7000 e 8000) para o recurso do convênio em que ocorreu o

empenho correspondente à liquidação.

**Art. 8º** -A CAGE informará os procedimentos necessários para os registros orçamentários e contábeis estabelecidos nesta Instrução Normativa por meio do Manual de Procedimentos Contábeis - CAGE, disponível no endereço eletrônico <http://www.legislacao.sefaz.rs.gov.br>.

**Art. 9º** -Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

**ROGERIO DA SILVA MEIRA,**  
Contador e Auditor-Geral do Estado.